



Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**REITORIA**

SQGRAD • Superintendência de Qualidade dos Cursos de Graduação

**ANEXO I
MODELO DO PLANO DE QUALIDADE DO CURSO****1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

Curso: Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros

Modalidade: Presencial

Campus: Cidade Universitária Dom Delgado/Campus do Bacanga

Centro: Centro Pedagógico Paulo Freire/ Centro de Ciências Humanas

Coordenador(a): Maria da Guia Viana

E-mail institucional: eaa@ufma.br

Interstício (início e término): 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2028

1. INTRODUÇÃO

O curso Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, criado pela Resolução CONSUN nº 224, de 24 de fevereiro de 2015, na modalidade licenciatura, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, sediado no Campus São Luís (Dom Delgado), com funcionamento no Centro Pedagógico Paulo Freire, localizado na Avenida dos Portugueses, nº 1966, Vila Bacanga, em São Luís (MA), CEP 65080-805. Em 2015, o Projeto Pedagógico do Curso- PPC foi aprovado pela Resolução CONSEPE nº 1293/2015, teve início em 05 de maio do mesmo ano, com aula inaugural proferida pela professora Dra. Nilma Lino Gomes.

O curso possui carga horária total de 3.580 horas, correspondentes a 156 créditos, com tempo médio de integralização de oito (08) semestres letivos e máximo de doze (12) semestres, com oferta de 40 vagas anuais, em regime de entrada única, no turno noturno, visando atender especialmente o público trabalhador, com vistas gerar oportunidades de acesso ao ensino superior público e gratuito.

O ingresso se dá principalmente por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), havendo também outras possibilidades de acesso constantes no Projeto Pedagógico do Curso

(PPC) com ingresso especial.

Em 2014, a partir do processo coletivo com debates e reflexões que envolveram a comunidade universitária o que evidenciou o compromisso institucional com a construção de uma proposta socialmente referenciada no campo da formação inicial de professores voltada especificamente para as temáticas africanas, afro-brasileiras e das relações étnico-raciais. Assim sendo, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi construído para atender todas as demandas reprimidas historicamente no contexto educacional. Na trajetória de mais de 10 anos, o PPC passou por reformulações importantes, como o processo de reconhecimento junto ao Ministério da Educação entre 2016 e 2018, conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante- NDE, e a atualização realizada em 2025 para fins de renovação de reconhecimento do curso, obtendo a nota máxima: 5 (cinco). Esses momentos demonstram o esforço contínuo de qualificação acadêmica, atualização curricular com base nas exigências das legislações e adequação às demandas sociais, educacionais e científicas relacionadas ao contexto histórico.

A criação do citado curso insere a UFMA em um cenário mais amplo de produção de conhecimentos e de formação específica nesta área, dialogando com experiências nacionais e internacionais, como programas de pós-graduação dedicados aos estudos étnicos e africanos e iniciativas acadêmicas que promovem a cooperação com universidades estrangeiras. Essa inserção amplia o papel da universidade como espaço de intercâmbio científico, cultural e educacional, contribuindo para a consolidação de redes de pesquisa e formação docente comprometidas com a valorização da diversidade e com o enfrentamento das desigualdades raciais. Nesse sentido, a proposta do curso fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, que busca formar profissionais capazes de atuar criticamente na educação básica, na produção de conhecimento e em ações educativas voltadas às relações étnico-raciais .

A criação do curso está diretamente relacionada às persistentes desigualdades étnico-raciais na sociedade brasileira, especialmente no acesso e na permanência da população negra no ensino superior. Indicadores educacionais demonstram que jovens pretos e pardos apresentam taxas inferiores de escolarização e de conclusão de cursos de graduação quando comparados à população branca, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam inclusão, permanência qualificada e valorização de epistemologias historicamente marginalizadas. Além disso, o currículo escolar

brasileiro tem sido tradicionalmente marcado por perspectivas eurocêntricas, o que reforça a importância de iniciativas formativas que contribuam para a implementação efetiva da legislação que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

No contexto específico do Maranhão, a relevância dessa licenciatura torna-se ainda mais evidente, considerando que o estado apresenta um dos maiores percentuais de população negra do país e abriga significativo contingente de comunidades quilombolas. Municípios maranhenses concentram elevados índices de autodeclaração quilombola, e a cidade de São Luís destaca-se pela forte presença de manifestações culturais de matriz africana, como o tambor de mina, o tambor de crioula, o bumba-meu-boi e movimentos culturais urbanos. A existência de organizações históricas de resistência e valorização cultural, como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFMA, bem como a atuação de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação dedicados à temática, contribui significativamente para consolidar um ambiente acadêmico propício à formação de professores comprometidos com a educação antirracista e com a transformação social.

Dessa forma, a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros afirma-se como um espaço estratégico de produção de conhecimento, formação docente e intervenção social, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e ampliando as possibilidades de diálogo com a educação básica, os movimentos sociais e a comunidade em geral. Ao fortalecer a inserção da UFMA nas discussões nacionais e internacionais sobre a temática, o curso contribui para a construção de uma universidade mais plural, democrática e comprometida com o desenvolvimento regional e com a valorização das múltiplas matrizes históricas e culturais que constituem a sociedade brasileira.

O citado curso reconhecido oficialmente pelo Ministério da Educação em 2020, encontra-se em permanente processo de consolidação institucional e expansão acadêmica, firmando-se como uma das principais iniciativas formativas voltadas às relações étnico-raciais no Brasil integradas às políticas institucionais da universidade, com avanços significativos no fortalecimento da pesquisa, da extensão universitária e da articulação com programas de pós-graduação, como o Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Afro-brasileiros, o que contribui para a formação continuada e para a consolidação de um campo acadêmico próprio.

O perfil discente da curso caracteriza-se majoritariamente pela presença

de estudantes negros e negras, oriundos de escolas públicas e, em grande parte, trabalhadores. Destaca-se a participação relevante de sujeitos vinculados a movimentos sociais, comunidades quilombolas e expressões religiosas de matriz africana, o que confere à formação uma dimensão identitária, política e social. Muitos estudantes ingressam motivados pelo interesse em atuar na educação básica, na pesquisa acadêmica, em políticas públicas ou em iniciativas culturais voltadas à promoção da igualdade racial, sendo comum a presença de egressos que já possuem outra formação inicial em áreas como História, Pedagogia ou Ciências Sociais. Esse perfil contribui para a construção de um ambiente acadêmico plural, crítico e engajado, no qual o debate sobre racismo, memória, ancestralidade e direitos sociais assume centralidade.

O curso apesar de sua importância enfrenta grandes desafios, muitos deles compartilhados por novos cursos e por formações interdisciplinares de outras licenciaturas. Entre esses desafios destaca-se a consolidação do campo profissional específico para seus egressos, uma vez que os sistemas de ensino nem sempre possuem disciplinas próprias voltadas aos estudos africanos e afro-brasileiros, o que leva muitos licenciados a disputar concursos em áreas correlatas ou a atuar em projetos educacionais, culturais e sociais. A permanência estudantil também constitui um ponto sensível, considerando as dificuldades enfrentadas por alunos trabalhadores no que se refere a transporte, acesso a bolsas e disponibilidade de tempo para atividades de pesquisa e extensão. Soma-se a isso a necessidade de ampliação do reconhecimento social do curso e de investimentos institucionais em infraestrutura acadêmica, acervo bibliográfico especializado e ampliação do quadro docente.

Apesar dessas limitações, as perspectivas futuras do curso são bastante promissoras, sobretudo em função do crescimento das demandas sociais e educacionais relacionadas à implementação da Lei nº 10.639/2003 e à expansão de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial. O fortalecimento de redes de cooperação internacional com universidades africanas e latino-americanas, a criação de programas de pós-graduação específicos, a realização de eventos científicos e projetos de extensão em comunidades quilombolas e escolas públicas contribuem para ampliar a visibilidade e a relevância social do curso.

Nesse cenário, o curso consolida-se como espaço estratégico de formação de professor-pesquisador, produção de conhecimento e intervenção social, desempenhando papel fundamental na construção de uma educação antirracista e na valorização das múltiplas matrizes históricas e culturais que constituem a

sociedade brasileira.

2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1 Criar a **Comissão Permanente de Acompanhamento acadêmico pedagógico** na perspectiva de potencializar a formação dos discentes no prazo de integralização curricular e, assim reduzir as taxas de evasão e retenção no curso.

2 Garantir a oferta de disciplinas optativas no turno noturno, considerando que elas estão sendo oferecidas apenas no turno vespertino, e o curso atende a uma clientela significativa de trabalhadores;

3 Implementar a tutoria e monitoria para os componentes curriculares com os maiores índices de reprovação e trancamento;

4 Fomentar ações de integração entre a graduação, pós-graduação e egressos do curso por meio de projetos de pesquisa, suportes estudantis, projetos de ensino (tutoria e monitoria), atividades de divulgação científica (publicações) e ações de extensão.

3. METAS E INDICADORES

1) Criar a Comissão Permanente de Acompanhamento Pedagógico com atribuições de

- a) Diagnosticar em caráter permanente situações problema que indicam os índices de evasão e reprovação no curso no primeiro ano do curso.
- b) Implementar ações de pesquisa que viabilizem a compreensão das línguas científicas na produção acadêmica durante todo o processo formativo, no tocante a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso TCC.

Indicador: taxa de aprovação nas disciplinas críticas

Meta Parcial: 30% de redução do trancamento e reprovação

Meta final: 50% de redução do trancamento e reprovação

Fonte do dado: relatórios da SQGRAD e SIGAA, relatórios produzidos pela comissão.

2) Garantir a oferta de disciplinas optativa no turno noturno a cada semestre;

Indicador: número de disciplina ofertada

Meta parcial: 2 disciplinas de 40 vagas cada, com pelo menos metade da ocupação.

Meta final: 4 disciplinas de 40 vagas cada, com pelo menos metade da ocupação.

Fonte de dados: relatórios da SQGRAD e SIGAA

3) Implementar programa de monitoria, sob a responsabilidade de

docente coordenador, para os componentes curriculares com os maiores índices de reprovação e trancamento

Meta: Ação contínua

- 4) Criar programa de tutoria constituído por discentes dos últimos períodos da graduação, egressos do curso, alunos da pós-graduação e docentes para acompanhar as dificuldades de todo o processo formativo.**

Meta: Ação contínua

- 5) Aumentar o número de grupos de pesquisa vinculados ao curso e à pós-graduação dos atuais dois para seis, considerando a inserção de maior contingente de discentes nas linhas de pesquisa.**

Indicador: número de grupos de pesquisa e de discentes nos grupos.

Meta Parcial: 4 grupos com inserção de 30% de discentes, relativo a quantidade atual de alunos cadastrados nos grupos

Meta final: 6 grupos com inserção de 50% de discentes, relativo a quantidade atual de alunos cadastrados nos grupos

Fonte do dado: Relatórios dos grupos do CNPq

- 6) Implementar a política de curricularização da Extensão prevista no novo PPC do Curso, aprovado pela Resolução CONSEPE n. 4.026/2025, de 16 de setembro de 2025.**

Meta : Ação contínua

- 7) Criar seminários de integração envolvendo discentes graduandos, pós-graduados, egressos e a comunidade.**

Meta: Ação contínua

4. PLANOS DE AÇÃO

Ação 1: Evasão e retenção

Descrição:

Realizar diagnóstico institucional e implementar plano de permanência dos discente, com acompanhamento acadêmico e ações de apoio pedagógico.

Responsável:

Coordenação do Curso, NDE e Comissão de Acompanhamento Acadêmico Pedagógico.

Resultado Esperado:

Redução entre 30% e 50% das taxas de evasão e retenção.

Prazo:

Diagnóstico até 31/12/2026 | Implementação e monitoramento até 30/06/2028

Ação 2: Oferta de disciplina

Descrição:

Ofertar disciplinas optativas no turno noturno, contemplando os discentes trabalhadores, retidos por estas serem ofertadas no contraturno do curso.

Responsável :

Coordenação do curso, NDE.Setor institucional

Resultado Esperado:

Redução de 20 a 30% de retenção

Prazo:

Semestres 2026 à 2028

Ação 3: Monitorias

Descrição:

Implementar Projeto de Monitoria, priorizando os componentes curriculares, que registram maior número de reprovações e trancamentos;

Responsável: Coordenação da Monitoria: Docentes

Resultado esperado

Redução dos índices de reprovações e trancamentos

Prazo:

Início: 01/07/2026 | Consolidação: 30/06/2028

Ação 4: Ensino–pesquisa–extensão; Relação com egressos

Descrição:

Implementar o Programa de Integração Acadêmica, com realização de encontros, seminários semestrais e articulação de projetos integradores vinculados às disciplinas, com participação ativas dos egressos nas atividades acadêmicas do curso.

Manter um banco de dados ativos de egressos .

Responsável:

Coordenação do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Secretaria Acadêmica.

Resultado Esperado:

Ambiente institucional consolidado de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Rede ativa de egressos integrada às ações do curso.

Prazo:

Início: 01/07/2026 | Consolidação: 30/06/2028

5. GESTÃO DE RISCOS

O primeiro risco (baixo) identificado é a ausência do número suficiente de docentes concursados para o desenvolvimento das atividades planejadas no curso. Atualmente, há 11 (onze) docentes efetivos, porém, como se trata de um curso interdisciplinar, algumas áreas passam por alta carência de profissionais, a exemplo da História, Geografia e da Educação, áreas cujo número de professores, se considerarmos as demandas de coordenação de curso, coordenação de pós-

graduação e os afastamentos para formação e qualificação, tornam-se descobertas em algumas disciplinas específicas.

O principal impacto é que os estudantes podem ficar sem a oferta das disciplinas necessárias para o período. A principal estratégia de mitigação é a abertura de concurso público para a carreira do magistério superior para as áreas com carência tais como: História da África, Geografia da África e na área da Educação. O plano de contingência proposto é o planejamento pela administração superior para abertura de concurso docente, portanto, o responsável pela ação é o setor de concursos da universidade.

Risco alto que favorece a evasão, retenção e baixo rendimento em decorrência das condições socioeconômicas dos discentes. O plano de contingência envolve, além da administração superior — com o fortalecimento de ações de assistência estudantil —, a coordenação do curso por meio do acompanhamento semestral individualizado de estudantes com risco de evasão e encaminhamento para serviços de apoio psicopedagógico e social da UFMA.

6. INTEGRAÇÃO E ALINHAMENTO INSTITUCIONAL

AÇÕES CONCRETAS DE ARTICULAÇÃO

Ensino - Pesquisa

- Inserção de discentes em grupos de pesquisa desde os primeiros períodos do curso.
- Inserção de componentes curriculares com metodologia baseada em projetos de pesquisa
- Incentivo à iniciação científica com temáticas voltadas às ciências humanas e educação das relações étnico-raciais.

Ensino – Extensão

- Desenvolvimento de práticas pedagógicas em escolas públicas com foco na Lei 10.639/2003.
- Aperfeiçoamento de programas de residência pedagógica em comunidades quilombolas.
- Oficinas e cursos abertos à comunidade estudantil e docentes sobre cultura afro-brasileira.

Pesquisa - Extensão

- Projetos de pesquisa-ação em comunidades tradicionais (quilombolas, terreiros, movimentos sociais)
- Projetos de pesquisa-ação em ambientes acadêmicos acerca de legislação, materiais didáticos e promoção da educação antirracista
- Produção de materiais didáticos (cartilhas, podcasts, vídeos) com base em pesquisas desenvolvidas.
- Observatório da Educação Étnico-Racial no Maranhão.

Integração entre Ensino-Pesquisa-Extensão

- Realização anual de seminário interdisciplinar com participação de discentes de graduação e pós-graduação, docentes, pesquisadores e comunidade, vinculado ao Eixo Interdisciplinar da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros.

- Desenvolvimento de pesquisas e trabalhos de conclusão de curso vinculados a demandas reais de comunidades parceiras.
- Elaboração de política de incentivo à publicação dos resultados de pesquisas, trabalhos de conclusão de curso, relatos de experiência e relatórios de estágios e extensão desenvolvidos pelos discentes. Participação permanente dos egressos nas ações desenvolvidas de ensino, pesquisa e extensão.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ANO	MÊS	ATIVIDADE
2026	Julho	Inserção de estudantes em grupos de pesquisa
	Agosto	Componentes curriculares com metodologia baseada em projetos de pesquisa
	Setembro	Iniciação científica com temáticas voltadas às ciências humanas e educação das relações étnico-raciais.
	Outubro	Práticas pedagógicas em escolas públicas
	Novembro	Realização de Seminário Interdisciplinar
	Dezembro	Oficinas e cursos sobre cultura afro-brasileira
2027	Fevereiro	Planejamento das ações de ensino, pesquisa e extensão
	Março	Residência pedagógica em comunidades quilombolas
	Abril	Campanha de divulgação da política de publicação voltada para a produção dos discentes
	Maio	Abertura de processo de seleção de textos para publicação dos discentes
	Junho	Composição da equipe para organização das ações do observatório: planejamento estratégico.
	Julho	Entrega dos Resultados dos Projetos de Pesquisa
	Agosto	Elaboração de Material Didático com base nas pesquisas realizadas
	Setembro	Elaboração de Material Didático com base nas pesquisas realizadas
	Outubro	Divulgação do Material Didático elaborado
	Novembro	Realização de Seminário Interdisciplinar
	Dezembro	Oficinas e cursos sobre cultura afro-brasileira
2028	Fevereiro	Planejamento das ações de ensino, pesquisa e extensão

	Março	Residência pedagógica em comunidades quilombolas
	Abril	Publicação de e-book com a produção dos discentes
	Maio	Desenvolvimento das atividades práticas do observatório
	Junho	Elaboração dos produtos resultante da imersão das vivências nas ações executadas do observatório.

Responsáveis: Coordenação do Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), Docentes líderes de grupos de pesquisa, Docentes ligados ao Colegiado de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Pesquisa (PPG/PRPPGI), Pró-Reitoria de Extensão (PROEXCE).

Colaboradores: Parceiros externos das escolas, comunidades quilombolas e movimentos sociais.

Indicadores de acompanhamento: relatórios, publicações, quantidade de participantes nos seminários interdisciplinares (quantitativo de participantes das comunidades), número de ações de extensão em comunidades quilombolas e escolas.

7. AUTOAVALIAÇÃO

Realizar autoavaliação quantitativa e qualitativa ao fim de cada semestre letivo e por período através de reuniões com professores/as e discentes sobre o desempenho acadêmico dos/as discentes, sobre as atividades docentes, atividades desenvolvidas pelo curso e infraestrutura do curso e bienal com todo o curso com o mesmo propósito. A avaliação será realizada através de narrativas individuais e um instrumento objetivo: formulário individual com perguntas abertas e fechadas. Esse processo gerará a produção de um relatório reflexivo para publicação em periódico científico para debate acadêmico, reestruturação de percursos, metas para o curso e garantir a transparência dos dados e do processo de autoavaliação.

8. LIÇÕES APRENDIDAS E CONTINUIDADE

Em face do planejamento do Plano de Qualidade do Curso PQC do curso, destaca-se que a equipe de coordenação, o NDE e o colegiado avaliaram o período destinado às discussões e à elaboração deste documento como excessivamente exíguo, estando este processo fortemente condicionado à pressão institucional por sua formalização em versão final. Constatou-se que não houve tempo hábil para um levantamento adequado das propostas, tampouco o suporte necessário para a construção de um plano de qualidade de caráter bienal. Nesse sentido, a principal lição decorrente desta etapa de produção e planejamento refere-se à necessidade de uma melhor gestão da temporalidade.

9. FLUXO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Após elaboração e aprovação pelo **Colegiado do Curso**, este PQC deverá seguir o fluxo institucional previsto na **Resolução nº 3.912/2025**:

1. Envio à **Comissão de Qualidade Setorial (CQS)** do Centro para análise e parecer;
2. Encaminhamento ao **Conselho do Centro Acadêmico** para deliberação e homologação;
3. Envio à **Superintendência de Qualidade dos Cursos de Graduação (SQGRAD)** para registro e compilação;
4. Submissão à **Comissão de Qualidade Institucional (CQI)** para deliberação e aprovação final.

Assinatura do(a) Coordenador(a) Data: 16/ 04/ 2026

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DA GUIA VIANA**
 Data: 16/04/2026 15:39:33-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>